

A CATEGORIA DOS NOMES E A REFERÊNCIA: UM ESTUDO LINGUÍSTICO-FILOSÓFICO

Stefania Montes Henriques¹

Resumo: A noção de referência oferece dificuldades em sua delimitação, tendo em vista que toca em uma das problemáticas mais espinhosas das Ciências da Linguagem: há relação entre as palavras e as coisas? Se a resposta for afirmativa, qual é sua natureza e em quais circunstâncias ocorrem? Essas questões já foram exaustivamente discutidas sob várias perspectivas, ora excluindo essa relação do sistema linguístico, ora aceitando-a como constituinte do mesmo. Assim, em nossa pesquisa intitulada “O percurso da referência no desenvolvimento das Ciências da Linguagem” estudamos alguns teóricos que trataram desse problema fundamentando-se em pontos de vista distintos, a saber, na Linguística e na Filosofia da Linguagem. Respeitando as diferenças dessas duas perspectivas teóricas, efetuamos o estudo das teorias linguísticas de Émile Benveniste(2005) e Roman Jakobson (2003) e das teorias filosóficas de e P. F. Strawson(1980). No desenvolvimento de nossa análise deparamo-nos com duas noções que, do nosso ponto de vista, estão intimamente relacionadas à questão da referência e que, por tal motivo, reorientaram nossa pesquisa na medida em que vimos a possibilidade de considerá-las como categorias linguísticas predispostas ao estabelecimento da relação entre signos e objetos. Essas noções, já bastante conhecidas tanto na Linguística quanto na Filosofia da Linguagem são os elementos indexicais, dêiticos e o nome próprio. Esses três tipos de signos possuem a característica de, quando utilizados em sentenças, fazerem referência a um e somente um objeto. Dessa forma, eles foram agrupados em uma mesma categoria, a saber, a categoria dos nomes. Não nos propomos, nessa pesquisa, a solucionar os problemas envolvidos na relação entre linguagem e realidade, até por que eles são alvo de várias discussões desde a Antiguidade Clássica, mas cogitamos a possibilidade de que esses elementos ofereçam um espaço para a construção da noção de referência como pertencente ao sistema linguístico e, sobretudo, em consonância com a ordem própria da língua.

Palavras-chave: Referência. Dêixis; Nomes próprios;

Résumé: Le concept de référence offre difficultés dans sa délimitation, parce que touche en une des problèmes plus épineux des Sciences du Langage: il y a relation entre les mots et les choses? Si la réponse est affirmative, qui est sa nature et dans quelles circonstances il se produit? Ces questions ont déjà été discutées en détail sous plusieurs perspectives, or avec l'exclusion de cette relation dans le système linguistique, or avec l'acceptation de sa présence dans le système. Ainsi, dans notre recherche “Le parcours de la référence dans le développement des Sciences du Langage” nous étudions

¹ Graduanda em Letras Português/Francês pela Universidade Federal de Uberlândia e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) sob a orientação da Prof^a Dr^a Eliane Mara Silveira.

quelques théoriques qui ont traités de ce problème en se basant dans point de vues différents, a savoir, dans la Linguistique et la Philosophie du Langage. Nous respectons ces différences dans les deux perspectives théorique et effectuons un étude des théories Linguistiques avec É. Benveniste et Roman Jakobson et de la théorie philosophique de P. F. Strawson. Dans le développement de notre analyse nous nous rencontrons avec trois notions que, de notre point de vie, sont intimement liées avec la question de la référence et qui, pour ce motif, orientent notre recherche dans la mesure que nous voyons la possibilité de les considérer comme catégories linguistiques prédisposées a l'établissement de la relation entre les signes et les objets. Ces notions, beaucoup connues aussi dans la Linguistique que dans la Philosophie du Langage, sont les éléments indexicals, les déictiques et les noms propres. Ces trois types de signes ont la caractéristique de, quand utilisés en sentences faire référence a un, et seulement un, objet. Ainsi, ils sont regroupés dans une même catégorie, qui est la catégorie des noms. Nous ne proposons pas, dans cette recherche, a résoudre les problèmes impliqués dans la relation de la langage et la réalité, pour la bonne raison que ils sont cible de plusieurs débat depuis que l'Antiquité Classique, mais nous réfléchissons sur la possibilité de que ces éléments offrent un place pour la construction d'une notion de référence comme appartenant au système linguistique et, surtout, d'accord avec l'ordre propre de la langue.

Mots-clés : Référence. Deixis. Noms propres ;

INTRODUÇÃO

Tanto a noção de dêixis quanto a noção de referência oferecem dificuldades em suas delimitações, tendo em vista que tocam em uma das problemáticas mais espinhosas das Ciências da Linguagem: há relação entre as palavras e as coisas? Se a resposta for afirmativa, qual é sua natureza e em que circunstâncias ocorrem? Nesse artigo serão explicitados alguns teóricos que tratam desse problema fundamentando-se em perspectivas distintas, a saber, na Linguística e na Filosofia da Linguagem. Sabemos que essas duas correntes teóricas possuem grandes diferenças na análise de seu objeto de estudo e, principalmente aos objetivos pretendidos com essa análise. Entretanto, é válido afirmar que elas contribuem cada uma à sua maneira, no desenvolvimento de um estudo detalhado sobre o problema da referência na linguagem.

Discutida desde a Antiguidade Clássica, a relação entre as palavras e as coisas permanece, até hoje, sem uma explicitação satisfatória, na medida em que é um tema abrangente e que pressupõe uma infinidade de outros termos não menos problemáticos, como por exemplo: sentido, significado, linguagem, denotação, verdade, etc. Entretanto, se indagarmos a um falante qualquer da língua portuguesa ao que ele se refere quando pronuncia a sequência de sons m-e-s-a, ele nos responderá que é ao objeto “mesa” –

uma mesa específica ou um objeto que atenda às características inerentes à uma mesa – o que nos leva a crer que para ele a relação estabelecida entre o signo em questão e o objeto por ele designado é intuitiva.

Assim, falar da relação de referência implica em aceitar ou negar determinados pressupostos teóricos (ou intuitivos). Percebemos que na Filosofia da Linguagem, com Gottlob Frege, por exemplo, há uma valorização da relação entre as palavras e as coisas no artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência* (1978). Nesse artigo, Frege tem como objetivo explicitar de que maneira a relação de referência acontece na linguagem, principalmente nos nomes próprios e nas sentenças assertivas. Em contrapartida, na Linguística, especificamente na teorização de Ferdinand de Saussure, essa mesma relação é excluída do funcionamento da língua e relegada a uma ordem extralinguística, sem interferir na construção dos sentidos das palavras. Percebe-se – ao menos com essa primeira comparação – que não há consenso sobre a função desempenhada pela relação de referência na língua. E é justamente por não haver um acordo teórico sobre o tema que sua discussão permanece pertinente aos estudos da linguagem. No caso específico de nossa pesquisa, essas discordâncias são benéficas na medida em que iluminam os aspectos complexos da relação entre linguagem e realidade, proporcionando-nos a possibilidade de pensar essa relação de uma perspectiva analítica.

Dessa forma, o ponto de vista que embasará nossa análise será estritamente investigativo. Partindo desse pressuposto, não afirmamos/negamos a existência de uma relação entre as palavras e as coisas – apesar de, como falantes de uma língua, aceitarmos essa relação – mas sim, pretendemos investigar as correntes teóricas que já trataram desse tema, percebendo a maneira com que o fizeram e qual a extensão de suas considerações para o tratamento do problema da referência, especificamente na categoria dos nomes. A escolha dessa categoria linguística específica justifica-se na medida em que os autores que serão analisados nesse artigo possuem teorizações que abarcam a noção de referência com relação aos nomes próprios, aos termos indexicais e aos dêiticos - entendidos aqui como pertencentes a um grupo de elementos linguísticos que tem como função “estar por objetos” quando utilizados em uma sentença.

Como dissemos anteriormente, nossa pesquisa investiga o problema da referência de duas perspectivas distintas e com o intuito de que ela seja democrática, utilizaremos as teorizações de dois autores de cada corrente teórica: Gottlob Frege(1978) e P. F. Strawson(1980) da Filosofia da Linguagem e Émile Benveniste(2005) e Roman Jakobson(2003) da Linguística. Porém, antes de iniciarmos

a explicitação das teorias desses autores, faz-se necessária a conceituação do termo referência e da maneira com que entendemos a categoria dos nomes. Após esse percurso teórico, pretendemos esboçar uma conclusão que abarque a complexidade do tema tratado e as possibilidades de construção de uma teoria linguística que abarque o problema da referência.

1. METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado para esta pesquisa foi de cunho bibliográfico, tendo em vista que se trata de uma pesquisa essencialmente teórica. Dessa forma, cumprimos com um cronograma composto por cinco etapas, organizadas em um período de um ano. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico de obras relevantes para a pesquisa, com o intuito de selecionar e arquivar tópicos que contribuiriam para o desenvolvimento do tema. Após essa seleção, foi iniciada a leitura das obras básicas e introdutórias com ênfase nos autores que seriam estudados na pesquisa. Assim, efetuamos a leitura da obra *Problemas de Linguística Geral I e II* de Émile Benveniste, *Linguística e Comunicação* e *Essais de Linguistique Générale* de R. Jakobson, ao *Sobre o sentido e a referência* de G. Frege e, por fim, aos *Escritos Lógico-Linguísticos* de P. F. Strawson. De acordo com a metodologia proposta em nosso plano de trabalho, ao final de cada leitura efetuamos um fichamento dos aspectos mais relevantes ao tema pesquisado.

Com as leituras dessas obras básicas sentimos a necessidade de elucidar algumas questões teóricas. Para tal, iniciamos a leitura de obras complementares, tais como artigos publicados em periódicos atuais, obras de comentadores, dicionários de linguística e filosofia da linguagem e, ainda, outros autores que discorreram sobre a questão da referência e da dêixis. Tal como ocorrera na etapa anterior, também efetuamos fichamentos dessas obras para que fosse possível organizarmos os dados encontrados.

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 Afinal, o que é a referência?

Murcho et all (2006) na Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos explicitam que a relação de referência

pode ser tomada como a mais inclusiva estabelecida entre a linguagem e a realidade, entre as palavras e as coisas. Trata-se de uma relação que se verifica entre expressões linguísticas (de certas categorias), de um lado, e objetos ou itens extralinguísticos no mundo, do outro; desses últimos diz-se que são referidos por aquelas, e daquelas que se referem a esses. (MURCHO et all, 2006, p. 685)

Assim, a relação de referência seria estabelecida entre signos linguísticos e objetos ou estados de coisas extralinguísticos. Como já dissemos, um dos primeiros filósofos a teorizar sobre essa relação foi Frege no artigo *Sobre o sentido e a referência* (1978). Nesse artigo, o problema inicial de Frege consiste na definição de identidade, sendo que a solução encontrada pelo autor foi a delimitação de alguns termos que estariam envolvidos na relação de referência, tais como, nome próprio ou sinal, sentido, representação e referência. Segundo o autor, o nome próprio seria a designação de um objeto específico presente no mundo, enquanto que o sentido seria o modo de apresentação desse objeto - que é apreendido coletivamente. A representação, por sua vez, seria a imagem subjetiva desse objeto, carregada de emoções e experiências individuais. A relação entre esses termos dar-se-ia de tal maneira que um nome próprio designa um referente que possui um modo de apresentação coletivo e do qual cada indivíduo tem uma representação. Entretanto, um mesmo referente pode ser, segundo Frege, designado por mais de um nome próprio. Seria o caso do clássico exemplo do planeta Vênus e suas respectivas denominações: *Estrela da manhã* e *Estrela da tarde*, nas quais o referente é o mesmo, mas os modos de apresentação e os sinais desse referente são distintos.

É válido afirmar que Frege tinha como objetivo principal, além da resolução do problema da identidade, a construção de uma linguagem perfeita. Essa linguagem seria utilizada na fundamentação das ciências e ofereceria certa fixidez na relação entre nome próprio e referente. Essa fixidez na relação entre nome próprio e referente seria necessária para evitar a ocorrência de ambiguidades e da ausência de verdade no discurso científico. Podemos afirmar que, da perspectiva desse autor, os problemas nas ciências seriam resultado da utilização da linguagem ordinária para a construção do discurso científico, já que a língua que utilizamos para nos comunicar é extremamente maleável e adaptável ao contexto de utilização.

Em contrapartida, se lembrarmos as ideias de Ferdinand de Saussure, perceberemos que o linguista, por intermédio da Teoria do Valor e do Princípio da Arbitrariedade, exclui qualquer interferência – ou mesmo existência – da relação de referência como constituinte do sistema linguístico. Além disso, o objetivo de Saussure não se aproxima daquele almejado por Frege: ele pretendia consolidar a Linguística enquanto ciência e para tal precisava delimitar a língua como objeto de estudo, independente de todo e qualquer fenômeno exterior, para que o estudo de seu funcionamento fosse sistematizado.

Ora, podemos afirmar que tanto Frege quanto Saussure teorizam sobre um mesmo objeto de estudo – a língua –, entretanto, partem de pontos de vista distintos e têm, como vimos, objetivos diferentes. Porém, o objetivo de nosso estudo não diz respeito à construção de uma linguagem artificial nem à consolidação do objeto de estudo da Linguística – visto que ele já está consolidado. Pretendemos analisar a língua como um meio de comunicação que proporciona a interação entre o falante e o mundo, sem que os aspectos de seu funcionamento interno sejam prejudicados. Ao analisarmos a língua dessa maneira, podemos afirmar que a questão da verdade não se coloca visto que o discurso coloquial não é composto apenas de frases declarativas, não há fixidez na relação entre nome próprio e referência e o sentido de algumas palavras e sentenças são determinados pelo contexto e não com antecedência. Acreditamos que a categoria linguística dos nomes proporciona um espaço para a manifestação da referência, na medida em que os termos que a constituem mantêm uma relação, fixa ou não, com os objetos aos quais se referem.

2.2 A categoria dos nomes e a referência

Podemos afirmar que signos como “mesa”, “cão” e “janela” designam objetos quando proferidos em uma sentença. Entretanto, esses nomes não tem a mesma natureza de nomes como “João”, “Maria” e “Ângela” – que também designam objetos. Observe as duas sentenças abaixo:

- (a) Ângela é uma criança feliz.
- (b) A mesa é de madeira.

Nessas duas sentenças os nomes “Ângela” e “mesa” designam objetos. Podemos afirmar que é essa a característica fundamental da categoria linguística dos nomes: estar pelo objeto, o que quer e qualquer que ele seja (BRITO, 2003, p. 25). Entretanto, há maneiras distintas de um nome designar um objeto. Na sentença (a), por exemplo, ao proferir o nome Ângela, refiro-me a uma pessoa determinada que recebeu esse nome de maneira imotivada. Em contrapartida, ao proferir a sentença (b), o nome “mesa” refere-se a qualquer objeto que atenda as características inerentes a uma determinada classe. Assim, na segunda sentença a referência do nome pode ser qualquer objeto que possua as características de uma mesa e não uma mesa determinada. Estamos diante da seguinte distinção: nomes próprios e nomes de espécies. Os primeiros seriam nomes que, como dissemos, possuem uma denominação imotivada e designam um objeto determinado. Não há, portanto, nenhuma característica de “angelice” que motive o nome da criança da sentença (a). Os nomes de espécie, por sua vez, designam todos os objetos que possuem determinadas características para serem classificados como pertencentes a uma espécie (cf. BRITO, 2003, p. 27). Dessa forma, um objeto só será denominado como “mesa” se, e somente se, possuir as características pertencentes a essa espécie de objeto.

Outros termos também serão considerados como pertencentes à categoria dos nomes se aceitarmos que o pressuposto para tal é se referir aos objetos. Assim, termos indexicais – ou indicadores de subjetividade, na terminologia benvenistiana – como “eu” e “tu” e expressões dêiticas como “isto” e “aquilo” também designam um objeto quando proferidos em uma sentença. Os termos de massa (água, ouro) e as descrições definidas também fazem parte da categoria dos nomes. Os termos de massa caracterizam-se por estarem distribuídos em vários lugares do mundo ao mesmo tempo: o objeto água, por exemplo, pode ser encontrado em várias regiões, mas mesmo assim é o mesmo objeto, tem a mesma composição química, etc. As descrições definidas, por sua vez, possuem atributos que definem o objeto que é referido. Dessa forma, a descrição definida “A capital da França” refere-se à cidade de Paris. Nesse trabalho, entretanto, serão desconsiderados os termos de massa e as descrições definidas, tendo em vista que os autores escolhidos em nossa pesquisa não possuem teorizações específicas sobre esses termos e sim sobre os elementos indexicais, os nomes próprios e as expressões dêiticas. Assim, antes de prosseguirmos com a explicitação desses autores, faz-se necessário um pequeno percurso teórico sobre as noções supracitadas.

O emprego dos elementos dêiticos está estritamente ligado com o contexto de utilização desses elementos e é, acompanhado de um ato de ostensão, isto é, o ato de

apontar com o dedo algum objeto, pessoa ou estado de coisas. É claro que, sendo a noção de dêixis fundamentalmente relacionada com a questão do uso, os objetos ou estados de coisas que serão referidos não são constantes, e isso, ao contrário do que muitos pensam, não impede que a relação de referência seja estabelecida de maneira efetiva. David Kaplan (1989), afirma que:

What is common to these words or usages in which I am interested is that the referent is dependent on the context of use and that the meaning of these words provides a rule which determines the referent in terms of certain aspects of the context. (KAPLAN, 1989, p. 490)

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Ilari e Geraldi (1987) e Cançado (2008) consideram que o sentido dos termos indexicais pode ser considerado como um roteiro para encontrar referentes. O demonstrativo “este”, por exemplo, tem como sentido um roteiro que permite ao falante identificar qual o objeto que é referido naquele momento. Assim,

Os elementos dêiticos permitem identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de fala, ou seja, a partir do contexto. Podemos associar os elementos dêiticos, de uma maneira mais geral, aos pronomes demonstrativos, aos pronomes pessoais, aos tempos de verbos e aos advérbios de lugar e de tempo. São elementos cujas interpretações dependem de informações contextuais, embora não possamos classificá-los como elementos pragmáticos. (CANÇADO, 2008, p. 53)

A impossibilidade de classificar os dêiticos como elementos pragmáticos² advém do fato de que a interpretação desses elementos exige certa sistematicidade. Apesar de a referência ser inconstante, o sentido dos termos dêiticos e das expressões indexicais permanece inalterado. Tomemos como exemplo a sentença “Este é o meu cachorro”. Podemos afirmar que o pronome demonstrativo será acompanhado de um ato de ostensão que definirá qual o cachorro que pertence ao falante e, ainda, que a referência desse pronome será variável de acordo com o contexto de proferimento da sentença. Entretanto, em qualquer contexto, o sentido dessa sentença será: existe um determinado animal, tal que ele é mamífero, canino e é o animal de estimação daquele que fala.

A dêixis nos permite compreender a distinção estabelecida por Frege (1978), e já citada anteriormente, entre sentido e referência. Isso por que, enquanto o sentido dos

² Definir um elemento como pragmático implica que seu sentido será determinado pelo contexto de proferimento. No caso dos dêiticos, é a referência que varia de acordo com o contexto e não seu sentido.

elementos indexicais permanece o mesmo, sua referência será variável de acordo com o contexto de utilização. Além disso, são os dêiticos que diferenciam a linguagem natural daquela que era o objetivo de Frege – a linguagem artificial – já que esses termos proporcionam à língua certa maleabilidade devido a sua estreita relação com o contexto.

Quanto à distinção entre expressões dêiticas e termos indexicais, temos que muitos autores consideram que essas duas classes são a mesma coisa, tendo em vista sua dependência com o contexto de proferimento. Entretanto, se analisarmos atentamente, há diferenças que justificam a distinção dessas duas subclasses de nomes. As expressões dêiticas caracterizam-se fundamentalmente por serem acompanhadas por um ato de ostensão enquanto que os termos indexicais não necessitam desse recurso para estabelecerem a relação de referência. Ao proferir, por exemplo, a sentença “Olhe aquilo!”, é necessário que, ostensivamente, eu indique ao meu interlocutor o objeto ao qual eu me refiro e que é o referente da expressão dêitica utilizada na sentença. Em contrapartida, se proferirmos a sentença “Eu te vi ontem” o pronome pessoal “eu” não necessita do auxílio de um ato de ostensão, tendo em vista que ele próprio indica qual é seu referente.

Veremos no desenvolvimento de nosso trabalho que Benveniste (2005) desenvolveu sistematicamente a questão dos termos indexicais como indicadores de subjetividade por intermédio do processo de enunciação. Isso porque seu objetivo era inserir um falante que se insere em seu próprio discurso. Foi, justamente, nos pronomes pessoais que Benveniste percebeu a possibilidade de creditar ao falante esse novo estatuto, a saber, de ser participativo na construção de sentido das palavras. Podemos afirmar que Jakobson(2003) desenvolve esse mesmo tema no artigo *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*, especificamente com a noção de embrayeurs/shifters que consiste em uma noção semelhante àquela proposta por Benveniste.

Nesses mesmos autores, perceberemos que há pontos teóricos que tratam da questão do nome próprio e da relação entre as palavras e as coisas. Entretanto, essa discussão é mais evidente em G. Frege e P. F. Strawson. No primeiro, como já dissemos, o nome próprio ocupa um lugar de destaque na relação de referência e na constituição de uma linguagem perfeita. Já em Strawson – filósofo que desenvolve em certa medida das considerações fregeanas – há a inclusão de uma distinção significativa entre referir e significar, além da questão dos elementos indexicais e dêiticos ser exposta de maneira mais evidente. Portanto, iniciaremos nossas considerações partindo de uma

perspectiva linguística sobre esses elementos, para depois retomá-los do ponto de vista filosófico.

2.3 A perspectiva Linguística: Émile Benveniste

A Teoria da Enunciação, na abordagem benvenistiana, propõe-se a trabalhar as marcas da subjetividade presentes na realização do discurso. Segundo muitos linguistas, essa corrente parte de conceitos teóricos saussurianos, como *língua* e *fala*, além de atribuir grande importância à ordem própria da língua. Entretanto, as correntes enunciativas muitas vezes modificam ou contrariam as noções saussurianas dando continuidade ao pensamento de Saussure, na medida em que o reconstroem. Acreditamos que nesse último caso Émile Benveniste pode ser enquadrado, já que segundo Flores e Barbisan (2009), ele considera a língua enquanto sistema de signos e, com o desenvolvimento de sua teoria, concebe o aparelho formal da enunciação. Segue, assim, um caminho distinto daquele sugerido por Saussure: parte da análise formal da língua, mas não se prende a ela, já que, tendo como foco o sentido, leva sua teoria ao encontro do discurso. Para Benveniste (2005), a língua não somente é como também significa: e essa característica principal explica todas as suas outras funções. (cf. BENVENISTE, 2005, p. 222).

No que diz respeito à relação entre Benveniste e Saussure, concordamos com Normand (2006) no sentido de que não há uma filiação e sim um encontro teórico, mesmo que, em alguns pontos, não houvesse concordância de ambas as partes:

Das diferenças impostas ou escolhidas, Benveniste, evidentemente, não dirá nada; o encontro dos dois só diz respeito à inteligência e ao amor, que lhes é comum, pela língua. No entanto, sobre o mesmo assunto, seria correto afirmar que houve acordo? E ainda, sobre o princípio maior da “arbitrariedade”: Benveniste nunca modificou a crítica feita em 1939 e conservada na antologia de 1966, uma vez que todos os artigos são posteriores à 1945: a ligação, dizia, não é só arbitrária do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e o nome; entre o significante e o significado; é, ao contrário, para todo locutor, “necessária”. (NORMAND, 2006, p. 18)

É, portanto, um encontro teórico entre Saussure e Benveniste que faz com que alguns elementos cunhados pelo primeiro sejam utilizados pelo segundo, sem obedecer necessariamente ao que Saussure colocaria como função da linguística. A forma com que Benveniste desenvolve os conceitos de língua, fala e arbitrariedade de Saussure,

abarca aspectos que vão além das considerações saussurianas, ou mesmo contra elas. No artigo “Natureza do signo linguístico”, publicado em 1939, por exemplo, a noção saussureana colocada em questão é a arbitrariedade. Se lembrarmos esse princípio, apresentado no *Curso de Linguística Geral*³ como o princípio primeiro do sistema linguístico, veremos que ele é colocado como interno ao signo:

O laço que une significante e significado é arbitrário, ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário. (SAUSSURE, 1979, p. 81).

O que Benveniste propõe no artigo supracitado é que essa relação arbitrária seja deslocada para a ligação entre o signo e o objeto extralinguístico, tendo em vista que, segundo ele, Saussure faz referência ao objeto físico inconscientemente. Como foi dito por Normand (2007), esse artigo foi conservado na antologia de 1966, apesar de ter sido escrito em um período anterior, o que nos leva a crer que Benveniste estava seguro com a crítica feita e com a argumentação desenvolvida.

Há duas consequências no deslocamento do princípio da arbitrariedade: a primeira é que ao afirmar que a relação entre signo e objeto é arbitrária, Benveniste pressupõe que alguns signos são dotados de certa positividade; e a segunda consiste no fato de que a relação interna ao signo, entre significante e significado torna-se necessária – esses dois termos são impressos em nossa mente concomitantemente, tornando-se indissociáveis. Segundo Normand (2007), é nesse momento que Benveniste separa-se de Saussure, tendo em vista que as considerações sobre o deslocamento do arbitrário insinuam uma preocupação com a relação entre o signo e o mundo, e, conseqüentemente, um afastamento dos postulados saussurianos:

Aqui Benveniste separa-se, sem o declarar, de Saussure. Ele nos diz que se trata somente de “ir além” no estudo da significação; na realidade, pode-se pensar que ele vai a outro lugar: retorno a uma fenomenologia que um estruturalismo metodológico não tinha recoberto, abertura para descrições integrando traços da subjetividade nos enunciados e sua presença ativa em toda enunciação. Nunca abandonar a língua, na sua matéria significante, em suas estruturas comuns, no seu aparelho “semiótico”, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, com a comunicação sempre situada, com o “acontecimento inebriante” que é todo enunciado. Analisar “o semântico”: eis a aposta de Benveniste. (NORMAND, 2007, p. 19).

³ Utilizaremos a denominação CLG no percurso desse artigo.

É dessa forma que Benveniste consegue reintroduzir, harmoniosamente, fatores que antes foram excluídos pelo corte epistemológico saussuriano: o sujeito e a referência. Mas as considerações de Benveniste não se restringem ao deslocamento do princípio da arbitrariedade. Podemos afirmar que em artigos posteriores ao “Natureza do signo linguístico”, esse linguista esboça um quadro conceitual da enunciação e, a partir dele, aborda a questão dos dêiticos e dos termos indexicais em consonância com a relação de referência.

Em *Aparelho formal da enunciação* (1970), por exemplo, Benveniste explicita uma elaboração sobre o conceito de enunciação, que será fundamental para a inserção de um falante ativo perante o funcionamento do sistema linguístico e, acreditamos que oferece também um espaço para conceber uma noção de referência dicotômica na medida em que, como veremos no desenvolvimento desse tópico, o falante utiliza a língua para se inserir em sua fala e estabelecer uma relação com o mundo.

O termo *enunciação* diz respeito ao ato individual de mobilização da língua: o sujeito coloca a língua em funcionamento, selecionando os caracteres que lhe convém para a expressão de uma ideia. A enunciação pode ser considerada, enquanto realização individual, como uma forma de apropriação: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Os índices específicos mobilizados pelo locutor para se colocar em sua própria fala são, segundo Benveniste, os indicadores de subjetividade (eu-tu) e os índices de ostensão (aquele, esse). Esses elementos só terão significado no processo enunciativo e possuem, portanto, uma estreita relação com a situação de discurso. A sentença “Eu tenho amigos aqui”, por exemplo, indica que o locutor – aquele que fala - possui amizades no local em que se encontra – a situação de discurso - no momento exato da enunciação.

Podemos afirmar que os índices de ostensão se enquadram no que denominamos anteriormente de elementos dêiticos, enquanto que os indicadores de subjetividade seriam os elementos indexicais. Essas duas classes de elementos possuem a capacidade de se referir a objetos – de maneiras distintas - quando proferidos em uma sentença. É plausível afirmar, portanto, que a relação de referência, tal como é entendida na teoria de E. Benveniste, participa ativamente do processo de enunciação. Segundo Benveniste (1989):

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa

mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Com base no que foi exposto até agora, podemos afirmar que o falante, ao colocar a língua em funcionamento pela enunciação, utiliza-se de caracteres específicos para marcar sua presença na própria fala, da mesma maneira que também se utiliza de outros índices para inserir em sua fala a situação na qual se encontra. Esses últimos índices – de ostensão - serviriam para apontar um estado de coisas mutável ao mesmo tempo em que o termo que o designa é pronunciado. Os índices de pessoa, por sua vez, efetuariam um processo de referência do falante a si mesmo já que ao falar “Eu vou embora”, o pronome pessoal “eu” refere-se à mim, na medida que eu sou o locutor – nesse caso, se o locutor for outra pessoa e proferir a mesma frase, a referência será diferente. Há, portanto, uma diferença significativa na maneira com que esses elementos estabelecem a relação de referência com os objetos que se referem. Com base nisso, podemos afirmar que estamos diante de uma dicotomia referencial: os termos indexicais estabeleceriam uma relação *sui-referencial* enquanto que os elementos dêiticos estabeleceriam uma relação ontológica de referência.

Essa dicotomia também é evidenciada se relembrarmos o artigo “Natureza do signo linguístico” (2005) no qual Benveniste define a relação entre signo e objeto extralinguístico como arbitrária, enquanto que a relação entre significante e significado seria necessária. Acreditamos que os tipos de signo utilizados por Benveniste nesse artigo fazem parte da categoria dos nomes e seriam, especificamente, a subclasse dos nomes próprios e dos nomes de espécies. Levando em consideração a maneira com que essas subclasses são tratadas no artigo referido, é válido afirmar que se, por um lado, os elementos indexicais e as expressões dêiticas só adquirem sentido e referência no momento da enunciação, os nomes próprios e de espécies já carregariam consigo uma significação pré-definida, estabelecida entre o signo e o objeto por intermédio de uma convenção arbitrária.

Se continuarmos nosso percurso pela teorização de Benveniste (2005), encontraremos outras passagens nas quais ele afirma ou pressupõe uma relação entre as palavras e as coisas. No artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (2005), por exemplo, Benveniste afirma que existe um mecanismo complexo que relaciona língua e referência, no quadro formal da enunciação. Segundo o autor, é por intermédio do

estudo do vocabulário que os historiadores, por exemplo, conseguem apreender testemunhos sobre a estrutura de uma sociedade em uma determinada época. Isso só seria possível porque há uma ligação entre língua e realidade.

De um ponto de vista sincrônico, ao analisarmos uma língua em um determinado período, é possível e evidente que encontraremos signos que se referem a objetos. O nome de um país ou de um rio, por exemplo, não muda constantemente e, se por algum motivo essa mudança ocorrer, a massa falante oferecerá certa resistência para acatá-la. Todavia, Benveniste afirma que haveria certa oscilação da referência, prejudicando assim uma correspondência exata entre os nomes e as coisas:

Os testemunhos que a língua dá desse ponto de vista só adquirem todo o seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência. Existe aí um mecanismo complexo cujos ensinamentos é preciso interpretar prudentemente. O estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram. (BENVENISTE, 2005, p. 100)

A referência seria mutável enquanto o nome que a designa seria permanente. Acredito que essa oscilação da referência só é perceptível do ponto de vista diacrônico e não anula uma correspondência entre os nomes e as coisas. Essa mutabilidade da referência resultaria, segundo Benveniste, na polissemia, ou seja, na capacidade de um único termo abrigar uma variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação (BENVENISTE, 2005, p. 100). Pode, então, haver um ou mais referentes denominados por um mesmo termo, sendo que, só será possível determinar em que caso um objeto específico é denominado se levarmos em consideração o momento no qual fazemos uso desse termo.

Por fim, é plausível afirmar que mesmo que a relação de referência seja abordada levando-se em consideração subclasses de nomes distintas – e que a estabelecem de maneiras distintas também – e que, de um ponto de vista diacrônico, a relação entre as palavras e as coisas pode ser modificada, Benveniste (2005) encara a língua, acima de tudo, como um instrumento de comunicação que possui, dentre outras funções, a de descrever e denominar a realidade na qual está inserido o processo de enunciação:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e ação; vemos dessa vez na língua sua função mediadora entre o

homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo, em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e, por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio. (BENVENISTE, 2005, p. 229).

2.4. *Les embrayeurs*: A perspectiva de Roman Jakobson

O Círculo Linguístico de Praga surge com a publicação das *Teses de 1929*, resultado de uma ação conjunta entre estudiosos que tinham como objetivo principal o estudo da poética e sua relação com o significante. Dentre os participantes desse Círculo, estava Roman Jakobson, linguista russo que, em seus estudos, abarcou inúmeros temas relacionados à língua e a sociedade, tais como a fonologia, as afasias de linguagem, a relação da linguística com as outras ciências, a aquisição da linguagem e a semiótica. Foram cerca de seiscentos livros e artigos publicados e por tal motivo investigar a teoria de Jakobson ou fazer uma introdução ao seu pensamento, exige a realização de um recorte teórico, tendo em vista a impossibilidade de abarcá-lo em sua totalidade.

O objetivo principal desse tópico é, portanto, explicitar de que maneira a relação de referência é percebida pelos estudiosos do Círculo Linguístico de Praga e, ainda, como Roman Jakobson concebe a categoria dos shifters/*embrayeurs* e a relação entre os nomes e as coisas. Dessa forma, explicitaremos a segunda tese do Círculo Linguístico de Praga e, posteriormente, os seguintes artigos de Jakobson: *A linguagem comum dos linguistas e dos antropólogos* (1952), *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe* (1957) e *Aspectos linguísticos da tradução* (1959).

Nas *Teses de 1929*, o problema da referência e da significação não ocupa um lugar privilegiado. Nas poucas menções à semântica, não é possível afirmar que ela possua, de fato, um lugar delimitado nas considerações do Círculo Linguístico de Praga: a significação é colocada como aspecto distintivo dos fonemas ou como parte da função das formas de “diferenciar as significações” (cf. BARBI, 2003, p. 30). Dessa forma, fica evidente que os linguistas de Praga não estavam preocupados com a negação/afirmação da relação entre as palavras e as coisas e sim com a relação entre a poética e a língua e o papel desempenhado pelos fonemas nessa relação.

Entretanto, há na segunda tese, um tópico intitulado *Pesquisas sobre a palavra e o agrupamento das palavras* (1978), no qual é explicitada a *Teoria das Denominações Linguísticas*. É especificamente nessa parte que a questão da relação entre as palavras e as coisas é colocada, recebendo um tratamento diferente daquele dado por Benveniste e Saussure. Isso por que, não é a noção de referência que é colocada e sim de *decomposição*: “(...) Pela atividade denominadora, a linguagem decompõe a realidade, seja ela externa ou interna, real ou abstrata, em elementos linguisticamente apreensíveis”. (GUINSBURG, 1978, p. 25-26). Se, a linguagem decompõe a realidade, somos levados a afirmar que, obviamente, haveria dois planos distintos: a linguagem e a realidade. A relação estabelecida entre os dois dar-se-ia na medida em que é pela linguagem que conseguimos apreender a realidade que nos cerca, decompondo elementos do mundo e transformando-os em signos para que seja possível estabelecer o processo de comunicação, intermediado pelo mundo, entre os falantes de uma língua. Um ponto que deve ser ressaltado é que, segundo os linguistas de Praga, cada língua tem formas distintas de decompor o mundo utilizando-se de formas e procedimentos variados. Segundo Barbi (2003), na tese das denominações linguísticas:

Defende-se que cada língua faz uma diferente leitura da realidade (diferentes interpretações da mesma realidade), ou seja, cada língua, de uma maneira singular, a seu próprio modo, acaba decompondo a realidade em elementos linguisticamente compreensíveis. (BARBI, 2003, p. 30)

Seria, portanto, por intermédio do processo de decomposição que uma língua efetua na realidade que seu vocabulário seria formado. Essa constatação pressupõe, portanto, que a língua e a realidade mantêm uma relação e, ainda, que a primeira é formada a partir da decomposição da segunda. Entretanto, a relação de referência seria determinada de maneira distinta daquela proposta pela Lógica, tendo em vista que cada língua tem, segundo os linguistas de Praga, uma maneira singular de “ler” o mundo e não uma maneira comum de fazê-lo. Não há desse ponto de vista, necessidade de nos preocuparmos com a relação de referência visto que ela aparenta ser tão óbvia que não carece de maiores explicações nas Teses de 1929.

Se nas teses do Círculo Linguístico de Praga a questão da relação entre linguagem e realidade não parece ocupar um lugar importante, em alguns artigos de Jakobson o assunto é exposto e criticado várias vezes. No artigo *A Linguagem comum dos linguistas e dos antropólogos* (1952), por exemplo, Jakobson coloca uma crítica

explícita à teoria ingênua da referência⁴, na medida em que cita a passagem da obra *As Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, na qual um sábio afirma que se as palavras são substitutas das coisas, seria mais fácil carregar todos os objetos dos quais falaríamos. É obvio que isso traria grandes dificuldades ao falante e restringiria a quantidade de assuntos dos quais ele poderia falar. Não seria possível, assim, falar sobre todos os leões ou todos os animais de estimação do mundo, por exemplo, já que não há a possibilidade de carregar todos esses indivíduos ao mesmo tempo.

O que é perceptível nesse artigo é que em muitos momentos há uma aproximação do que seria o conceito saussuriano de *valor*, tendo em vista que Jakobson dá importância ao aspecto diferencial dos elementos linguísticos. Para o autor, toda significação linguística é diferencial. As significações linguísticas são diferenciais no mesmo sentido em que os fonemas são unidades fônicas diferenciais. (JAKOBSON, p. 29, s.d). Assim, a significação seria obtida por intermédio da relação estabelecida entre os signos de uma língua. A aproximação dessa afirmação com a noção saussuriana de valor dá-se na medida em que, em ambos os casos, o funcionamento do sistema linguístico baseia-se em diferenças, sem a intervenção de qualquer idéia que seja preestabelecida. Segundo Barbi (2003), a palavra “significado”, no texto de Jakobson, tem um sentido muito próximo ao de Saussure: é algo que se institui através do jogo das diferenças.

Se considerarmos que Jakobson aproxima-se de Saussure no que diz respeito ao funcionamento do sistema linguístico, podemos afirmar que, obviamente, a referência não fazia parte de suas considerações sobre a língua e as críticas seriam direcionadas aos filósofos da linguagem que se detinham na relação entre as palavras e as coisas. Esse é o caso do artigo *Aspectos Linguísticos da Tradução*, que é iniciado com uma crítica à teorização de Bertrand Russell sobre a denotação:

Segundo Bertrand Russell, “ninguém poderá compreender a palavra “queijo” se não tiver um conhecimento não-linguístico de queijo”. Se, entretanto, seguirmos o preceito fundamental do próprio Russell e dermos “relevo aos aspectos linguísticos dos problemas filosóficos tradicionais”, seremos então obrigados a dizer que ninguém poderá compreender a palavra queijo se não conhecer o significado atribuído a essa palavra no código lexical do português. (JAKOBSON, p. 63, s.d)

⁴ A teoria ingênua da referência é aquela que afirma que o sentido de um nome próprio é o objeto que ele designa. Assim o nome próprio Jonathan Swift, por exemplo, têm como significado o próprio Jonathan Swift.

A crítica se baseia no fato de que um falante de qualquer língua pode ter acesso ao significado de “queijo” por intermédio de outro signo, o que exclui a necessidade de conhecer empiricamente o objeto *queijo*. Os nomes ficcionais também seriam inseridos nessa perspectiva na medida em que não fazem referência a um objeto real e mesmo assim têm seus sentidos assimilados pelos falantes de uma língua. Ao dizer, por exemplo, o nome próprio Sherlock Holmes, sabemos que ele é um detetive famoso por resolver grandes mistérios usando a inteligência, entretanto, sabemos que ele não existe na realidade. Assim, Jakobson (1959) afirma que:

Para o linguista como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo linguístico não é mais que a sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo “no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo.” (JAKOBSON, 1959, p. 64)

Percebe-se, portanto, que Jakobson (1959) nega a interferência da referência na constituição do significado das palavras, o que implica em uma concepção de significado interna, dada por intermédio das relações estabelecidas entre os signos dentro do sistema.

Apesar de essa perspectiva estender-se em vários artigos de Jakobson, é no artigo *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe* (2003), que o autor coloca de maneira explícita a questão dos nomes próprios e dos embrayeurs/shifters:

1.3. C/C) Les noms propres, que Gardiner, dans son essai “polémique”, présent comme un des problèmes les plus épineux de la théorie du langage, prennent une place particulière dans notre code linguistique : la signification générale d’un nom propre ne peut se définir en dehors d’un renvoi au code. Dans le code de l’anglais, « Jerry » signifie une personne nommée Jerry. La circularité est évident : le nom désigne quiconque porte ce nom. L’appellatif « chiot » désigne un jeune chien, « bâtard » désigne un chien de race mêlée, « lévrier » un chien utilisé dans les courses, mais « Fido » ne désigne ni plus ni moins qu’un chien qui s’appelle « Fido ». la signification générale de mots tels que « chiot ». « bâtard », ou « lévrier » pourrait être indiquée au moyen d’abstractions telles que « la bâtardise », ou de périphrases comme « jeune chien », « chien utilisé dans les courses », mais la signification générale de « Fido » ne peut être qualifiée de la sorte. Paraphrasant Bertrand Russell, nous dirons que si beaucoup de chiens s’appellent « Fido », ils n’ont en commun aucune propriété spéciale de « fidoïte ». de même, le pronom indéfini correspondant à des noms tels que Durand, Dupont, Duval, etc. – « Untel », « Chose »,

« Machinchouette » - inclut une référence patente au code. (JAKOBSON, p. 177-178, 2003)

É válido afirmar que Jakobson parece admitir que a categoria dos nomes próprios ocupa um lugar particular no domínio do código linguístico, tendo em vista que referem-se às pessoas que são nomeadas por eles. Dessa forma, a categoria dos nomes próprios se distancia dos signos linguísticos cunhados por Saussure como negativos e diferenciais, tendo em vista que pertencem ao sistema linguístico, mas são carregados de positividade. Daí a diferença entre “gato” e “cão” de um lado e “Maria” e “João” de outro. Segundo Jakobson “gato”, por exemplo, poderia ser substituída por “felino doméstico” categoria a qual todos os gatos pertenceriam. Entretanto, o mesmo não se pode fazer com “João”, tendo em vista que mesmo que muitas pessoas sejam chamadas por esse nome, elas não possuem uma propriedade de “joãozisse” que faça com que elas sejam enquadradas em um determinado grupo. É perceptível que, se Jakobson parte do pressuposto de que as significações são diferenciais – como dissemos anteriormente – então os nomes próprios não estariam incluídos, em um primeiro momento, nessa rede de relações linguísticas.

No que diz respeito à categoria dos dêiticos, temos que a definição de *embrayeurs* está em consonância com as definições dos outros autores citados nesse artigo: é uma categoria linguística que só adquire significado em relação com o contexto em que é produzida. Assim, Jakobson(2003) explicita que

Les embrayeurs combinent les deux fonctions et appartiennent ainsi à la classe des symboles-index. (...) d'un côté, le signe « je » ne peut représenter son objet sans lui être associé « par une règle conventionnelle », et dans decodes differents le même sens est attribué à des séquences différents, telles que « je », « ego », « ichi », « I », etc. : donc « je » ne peut représenter son objet s'il n'est pas « dans une relation existentielle » avec cet objet : le mot « je » désignant l'énonciateur est dans une relation existentielle avec l'énonciation, donc il fonctionne comme une index. (JAKOBSON, 2003, p. 179)

É necessário que nos detenhamos um instante nessa afirmação. Em primeiro lugar, cabe explicitar algumas definições cunhadas inicialmente por Charles S. Peirce⁵, e utilizadas por Jakobson. Para Peirce (1977) o signo ou *representamen* é uma entidade que “representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus

⁵ Nos trabalhos de Jakobson, C. S. Peirce é citado em vários artigos e parece ter exercido grande influência na teoria jakobsoniana. Para Jakobson, C.S. Peirce é “o autêntico e intrépido precursor da Linguística Estrutural” (cf. JAKOBSON, p. 31, s.d)

aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do representâmen.” (PEIRCE, p. 46, 1977). Esse signo estabelecerá três tipos de relações distintas com o objeto que representa: ele poderá ser um *ícone* quando representa um determinado objeto por ter uma semelhança com ele; um *índice* quando se refere a um objeto e mantém uma relação existencial com ele; e por fim o *símbolo* quando um signo refere-se a um objeto por determinação de uma convenção ou regra geral. Segundo Fidalgo (1998):

A diferenciação e classificação dos signos em índices, ícones, símbolos e outros, explica-se pelas diferentes espécies de regras semânticas. Assim, a regra semântica de um signo indexical como o apontar estipula que o signo designa a qualquer momento aquilo que é apontado. Neste caso, o signo não caracteriza o que denota. Em contrapartida, ícones e símbolos caracterizam aquilo que designam. Se o signo caracterizar o objecto denotado por mostrar nele mesmo as propriedades que um objecto tem, como acontece com as fotografias, os mapas ou os diagramas químicos, então o signo é um ícone; se não for esse o caso, então trata-se de um símbolo. (FIDALGO, p. 99, 1998).

Dessa forma, ao caracterizar os *embrayeurs* como pertencentes à classe dos símbolos-índices, Jakobson (2003) quer dizer que essa categoria linguística ao mesmo tempo em que está associada ao seu referente por uma regra convencional também é aquele que aponta para o objeto referido. O exemplo utilizado pelo autor para ilustrar essa dupla classificação é o pronome pessoal “eu” que designa o locutor por intermédio de uma convenção, sendo que em diferentes códigos o mesmo sentido é atribuído a sequências de sons diferentes – I, je, ichi - e, ainda, delimita seu referente, na medida em que se refere à um falante determinado no momento na enunciação. Em contrapartida, se pensarmos na categoria dos nomes próprios, é perceptível que eles mantêm uma relação existencial com seus portadores, sendo considerados, unicamente, como índices. Assim, acreditamos ser possível afirmar que Jakobson aceitava a ligação entre as palavras e as coisas em pelo menos duas categorias, a saber, os nomes próprios e os *embrayeurs*. Assim, se por um lado há uma aproximação entre a propriedade diferencial dos signos, por outro, há um distanciamento quando a relação entre linguagem e realidade é aceita.

2.5 Strawson : Sobre a referência e os dêiticos

Strawson é considerado, ao lado de Austin, um dos filósofos mais importantes da Escola de Oxford. Dentre seus vários trabalhos, que tinham como foco a filosofia da lógica e a metafísica, destaca-se o artigo *On referring* (1950) no qual é exposta uma crítica à teoria das descrições de Bertrand Russell. O ponto de partida dessa crítica é a distinção entre pressuposição e implicação. Para Strawson, afirmar algo sobre uma determinada entidade pressupõe a existência dessa entidade, mas não implica que, de fato, essa entidade exista: referir não é acertar, embora façamos referência com o objetivo de assertar (STRAWSON, p. 271, 1980)

Dessa forma, ao predicar algo do nome próprio “Papai Noel”, eu pressuponho que exista, em algum lugar, alguém que se chama Papai Noel e que tem determinados predicados, tais como ser um senhor gordinho, barbudo e entregar presentes no natal. Nesse caso, eu me refiro à uma determinada entidade. Entretanto, a relação de referência, para Strawson(1980) não implica na existência dessa entidade, ou na verdade/falsidade desse enunciado: quando eu profiro a sentença “Papai Noel virá no Natal” não há afirmação/negação da existência de Papai Noel. Podemos afirmar que, nesse ponto há uma aproximação entre Strawson(1980) e Frege(1978). Isso por que a relação de referência permanece inalterada e o próprio conceito de pressuposição é o mesmo. Entretanto, há também um distanciamento, na medida em que a pressuposição não implicará, para Strawson, na afirmação da existência de uma entidade.

O que nos interessará, especificamente, nesse tópico, é a maneira com que Strawson percebe os elementos indexicais e os nomes próprios. Segundo o autor:

Com muita frequência, utilizamos certos tipos de expressões para mencionar ou fazer referência (*refer*) a alguma pessoa individual ou objeto singular, ou a um acontecimento em particular, ou lugar ou processo, ou fazer algo que descreveríamos, normalmente, como a execução de um enunciado (*statement*) acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Chamarei esse modo de utilizar expressões de utilização referencial individualizante. As classes de expressões que com maior frequência se utilizam dessa maneira são: pronomes demonstrativos singulares (‘isto’ e ‘aquilo’); nomes próprios (por exemplo, ‘Veneza’, ‘Napoleão’, ‘João’); pronomes pessoais e impessoais no singular (‘ele’, ‘ela’, ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’); e frases que começam com o artigo definido seguido por um substantivo, qualificado ou não, no singular (por exemplo, ‘a mesa’, ‘o homem velho’, ‘o rei da França’). (STRAWSON, 1980, p. 261)

Nas teorias vistas anteriormente, aceitávamos que, apesar da relação de referência ser a mesma – entre signo e objeto –, os dêiticos e os nomes próprios

efetuavam-na de maneiras distintas: os nomes próprios seriam signos plenos, e assim sempre teriam uma mesma referência, enquanto que os elementos indexicais seriam signos vazios que só teriam referência no momento da enunciação. Entretanto, sob a perspectiva de Strawson, ambas as classes efetuam referência da mesma maneira – a *utilização referencial individualizante* – que é caracterizada pelo uso que fazemos dessas expressões. Afirmar isso implica dizer que a expressão não efetua a referência por si mesma, mas só quando é executada em um enunciado, inserida em um determinado contexto. Dessa forma,

‘Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão. Mencionar ou fazer referência a alguma coisa é uma característica de uma utilização de uma expressão, assim como ‘ser acerca de’ algo e verdade-ou-falsidade são características de uma utilização de uma sentença. (STRAWSON, 1980, p. 266).

Nessa perspectiva, afirmar que um nome próprio ou elemento indexical possui referência só pode acontecer se a utilização desse termo for levada em consideração. Fora de um contexto de uso, o nome próprio “João”, por exemplo, não designa nenhum objeto particular. O processo de referência só acontecerá, nesse caso, se analisarmos quem proferiu o nome “João” qual era seu objetivo, quem era seu interlocutor, qual a situação de discurso e sob que regras convencionais ele o fez.

Outro aspecto que deve ser citado aqui é o fato de que Strawson considera os pronomes demonstrativos como as expressões fundamentais da referência. Segundo ele, mesmo os nomes próprios e as descrições identificadoras são amparadas por demonstrativos:

Pois mesmo que o indivíduo em questão não possa ser ele mesmo identificado demonstrativamente, ele pode ser identificado por uma descrição que o relaciona univocamente a outro particular que, por sua vez, pode ser demonstrativamente identificado. (...) Identificação não demonstrativa deve repousar seguramente sobre identificação demonstrativa. Toda descrição identificadora de particulares deve incluir, no final das contas, um elemento demonstrativo. (STRAWSON, 1959, p. 21-22 *apud* BRITO, 2003, p. 62)

Dessa forma, Strawson considera que não só os pronomes demonstrativos são fundamentais para o estabelecimento da referência como também eles são a forma genuína de designação de particulares sobre a qual qualquer conhecimento de um objeto – seja ele por descrições ou pelo nome próprio – é dependente.

3. CONCLUSÃO

Antes de fazermos as considerações finais, é válido retomar o percurso dessa pesquisa. Inicialmente, nossos questionamentos surgiram do estudo da teoria de Ferdinand de Saussure e das afirmações sobre o caráter duplamente psíquico do signo. Através do estudo das noções de arbitrariedade e valor, percebemos que esse autor coloca a significação linguística como pertencente ao âmbito interno da língua.

A partir daí, nos indagamos sobre a relação entre linguagem e realidade e como ela seria estabelecida no funcionamento linguístico. Percebemos que, em um primeiro momento, Frege(1978) respondia às nossas questões na medida em que estabelecia uma relação entre signo e objeto intermediada pela sua famosa distinção entre sentido e referência.

Entretanto, ao aprofundarmos nossos estudos surgiu a necessidade de indagar até que ponto as teorias de Saussure (1979) e Frege (1978) fundamentavam o desenvolvimento de suas abordagens teóricas. Assim, foi efetuado um estudo em três autores, de perspectivas distintas, é verdade, mas que tinham um assunto em comum: a negação/afirmação da referência. Os autores escolhidos foram Émile Benveniste e Roman Jakobson da Linguística e P. F. Strawson da Filosofia da Linguagem. A questão inicial que, de certa forma, modificou nossos objetivos, foi o encontro com a noção de dêixis e a percepção de ela nos oferecia uma maneira de conceber a referência no interior do sistema linguístico. A partir desse momento, procuramos nesses autores evidências da aceitação da relação de referência na categoria dos elementos indexicais e, chegamos à conclusão de que as teorias estudadas abordavam, de pontos de vista diferentes a relação entre a categoria dos nomes e os objetos.

Em Benveniste (2005), a teorização sobre a categoria dos indexicais – ou indicadores de subjetividade – é mais sistemática e visa à consolidação do processo de enunciação na língua e à participação do falante nesse processo. Com base no estudo das noções benvenistianas de enunciação, referência, arbitrariedade, concluímos que esse autor estabelece uma dicotomia, a saber, referência interna/referência externa. Essa dicotomia justifica-se na medida em que os pronomes pessoais e demonstrativos são marcas de subjetividade na língua e efetuam um processo interno de referência e de marcação de espaço/tempo do discurso. Em contrapartida, os nomes próprios estabeleceriam uma relação de referência fixa – mas sob influência do tempo – e seriam, portanto, considerados como signos plenos, positivos.

Tal como Benveniste(2005), Jakobson(2003) estabeleceu as características dos chamados *embrayeurs* e também discorreu sobre os nomes próprios no artigo *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*. Os *embrayeurs* seriam correspondentes aos dêiticos, ou termos indexicais e só seriam definidos por intermédio do seu contexto de uso, enquanto que os nomes próprios pertenceriam à uma classe distinta que teria como característica principal ser definida pelo código.

Já em Strawson(1980) percebemos que os dêiticos assumem uma posição privilegiada em relação à referência. É por intermédio deles – explícita ou implicitamente – que nomes próprios e descrições têm a possibilidade de se referir aos objetos. Esse autor, ao que nos parece, é aquele que mais se aproxima do que pretendíamos com o nosso estudo, já que, ao mesmo tempo que concebe um lugar de destaque às expressões indexicais não diminui a importância dos nomes próprios e, ainda, estabelece a utilização desses termos como fator determinante ao processo de referência.

Dessa forma, a conclusão a que chegamos é que não há como pensar em referência sem pensar na categoria dos nomes tal como foi explicitado no início desse artigo. São essas expressões que evidenciam o princípio da arbitrariedade e a relação de sentido e referência, já que no caso dos dêiticos e das expressões indexicais, por exemplo, não há nenhuma motivação em suas relações com os objetos que designam, havendo uma dependência com o contexto de proferimento para que o referente dessas expressões seja determinado. Além disso, é nos pronomes demonstrativos e pessoais que o sentido pode ser considerado como um caminho para se chegar ao objeto, ilustrando assim a distinção entre sentido e referência. Portanto, independente do nome ou da abordagem teórica utilizada, ao se considerar a língua como meio de comunicação do homem com o homem e do homem com o mundo, é plausível afirmar que, fundamentalmente, a relação de referência é estabelecida no sistema linguístico com a utilização das expressões indexicais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof^a Dr^a Eliane Mara Silveira pela paciência com que me acompanha há quase três anos e pelo tempo que me foi concedido em nossos encontros, que me ajudaram com reflexões, críticas e sugestões valiosas para a pesquisa. Agradeço também a minha família, que com muito esforço, apoiou-me nos momentos de

dificuldades e ao meu companheiro Leandro Shigueo Araújo, que, com muita calma soube, nas horas ruins, fazer críticas construtivas que me incentivaram a ultrapassar os obstáculos encontrados durante o percurso de meus estudos. Por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro e pela oportunidade que me foi concedida de desenvolver esse projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico [1939]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. A forma e o sentido na linguagem [1966]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade [1968]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. O aparelho formal da enunciação [1970]. In: Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BRANQUINHO, J., MURCHO, D. GOMES, N. Enciclopédia de termos lógicos-filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRITO, A. N. Nomes próprios: semântica e ontologia. Brasília: Editora UNB, 2003.

CANÇADO, M. Manual de semântica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FLORES, V. BARBISAN, L. B. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In: NORMAND, C. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. TEIXEIRA, M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.

GUIMARÃES, E. Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes Editores, 1995.

- GUINSBURG, J. *Círculo linguístico de praga*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1978.
- ILARI, R. GERALDI, J.W. *Semântica*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- JAKOBSON, R. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: *Essais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003, p. 176-196.
- _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, s.d.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989.
- MARCONDES, D. A teoria dos atos de fala como concepção pragmática da linguagem. In: *Revista de Filosofia Unisinos*. São Leopoldo, 2006, p. 217 – 230. <disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_filosofia/vol7n3/art01_marcondes.pdf> Acesso em: 27/02/2011
- MARGUTTI, P. R. O método analítico em filosofia. In: BRITO, E. F. de. CHIANG, L. H. (Orgs). *Filosofia e Método*. São Paulo, 2002, v.15, p. 125-145.
- NORMAND, C. Saussure-Benveniste. *Revista Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, jul/dez. 2006.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. Trad. Octanny S. da Mora e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PIRES, V.L. WERNER, K. C. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. *Revista Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 145-160, jul/dez. 2006.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- STRAWSON, P. F. *Escritos lógico-linguísticos*. In: *Coleção Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1980.